

2 0 2 1

FABIANO PIMENTEL

PROCESSO PENAL

2ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA COM O PACOTE ANTICRIME

PROCESSO PENAL

2ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA COM O PACOTE ANTICRIME

2 0 2 1

FABIANO PIMENTEL

PROCESSO PENAL

2ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA COM O PACOTE ANTICRIME





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Fabiano Pimentel.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Nathalia Torres
Diagramação Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

P644 Pimentel, Fabiano
Processo penal / Fabiano Pimentel. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
1490 p.

ISBN 978-65-5589-142-3

1. Direito. 2. Direito Processual. I. Título.

CDDir: 341.4

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

*Para Maria Isabel e Maria Clara,
“minhas Marias”, com todo meu amor.*

“A solidão na qual os inquisidores trabalham, jamais expostos ao contraditório, fora dos grilhões da dialética, pode ser que ajude no trabalho policial, mas desenvolve quadros mentais paranóicos. Chamemos a isso de ‘primado das hipóteses sobre os fatos’: quem indaga segue uma delas, às vezes com os olhos fechados; nada a garante seja mais fundada em relação às outras alternativas possíveis, nem esse trabalho estimula uma cautela de autocrítica; assim como todas as cartas do jogo estão na sua mão e é ele que as coloca na mesa, aponta para a ‘sua’ hipótese. Sabemos com quais meios persuasivos conte (...) usando-a orienta o êxito para onde quer. Nos processos milaneses sobre a peste manufaturada, junho-julho de 1630, vemos como juízes por nada desonestos, antes inclinados a um incomum garantismo, fabriquem delito e delinquentes: o inquirido responde docilmente; o inquisidor lhe retira da cabeça os fantasmas que lhe há projetado”.

Franco Cordero

Sumário

<i>Introdução</i>	27
1. Introdução ao Processo Penal	29
1.1. Aspectos iniciais.....	29
1.2. O Processo Penal.....	31
1.3. Princípios do Processo Penal como garantias fundamentais.....	35
A. O devido processo legal.....	39
B. Presunção de inocência.....	41
C. Contraditório e ampla defesa.....	45
D. Verdade real.....	46
E. <i>In Dubio Pro Reo</i>	48
F. Isonomia.....	51
G. Fundamentação das decisões.....	56
H. Imparcialidade.....	61
I. Duplo grau de jurisdição.....	64
J. Duração razoável do processo.....	68
K. Inadmissibilidade de provas ilícitas.....	72
i. Prova Ilícita por Derivação.....	74
i.i. Teoria da fonte independente.....	77
i.ii. Teoria da descoberta inevitável.....	79
i.iii. Limitação da mancha purgada.....	82
L. <i>Nemo Tenetur Se Detegere</i>	83

1.4.	Sistemas do Processo Penal.....	88
	A. Sistema inquisitivo.....	89
	B. Sistema acusatório.....	90
1.5.	A interpretação no Código de Processo Penal.....	92
1.6.	Aplicação da lei processual penal	93
	A. No tempo.....	93
	B. No espaço	94
	C. Em relação às pessoas.....	96
	i. Imunidades Diplomáticas.....	97
	ii. Imunidades Parlamentares.....	100
1.7.	Os sujeitos do processo.....	102
	A. O juiz criminal.....	103
	i. Vitaliciedade.....	105
	ii. Inamovibilidade.....	106
	iii. Irredutibilidade de vencimentos.....	106
	B. O Ministério Público.....	107
	C. O assistente de acusação.....	110
	D. A advocacia criminal.....	113
1.8.	Súmulas relacionadas.....	118
1.9.	Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	118
	Questões.....	129

2.	<i>As violações da justiça penal brasileira aos direitos humanos e fundamentais</i>	139
2.1.	Aspectos iniciais	139
2.2.	O conceito de direitos humanos e suas características.....	139
2.3.	Da ofensa ao duplo grau de jurisdição.....	145
2.4.	Da grave violação ao princípio da presunção de inocência.....	154
2.5.	Da violação ao direito de não autoincriminação.....	165
2.6.	Da redução do direito ao Habeas Corpus.....	171
2.7.	Da ofensa ao princípio da imparcialidade e do juiz das garantias.....	178
2.8.	Da violação ao direito à audiência de custódia – direito de ser ouvido – grave ofensa aos direitos humanos.....	186

2.9. Conclusão	192
2.10. Jurisprudência dos Tribunais Superiores	193
Questões.....	198
3. Sistemas de Investigação Preliminar.....	203
3.1. Aspectos iniciais.....	203
3.2. Os sistemas de investigação preliminar.....	203
3.3. O inquérito policial	207
3.3.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	207
3.3.2. Valor probatório	209
3.3.3. Características	210
3.3.4. Início do inquérito policial.....	212
3.3.5. Notitia Criminis.....	213
3.3.6. Diligências investigativas.....	215
3.3.6. A competência do juiz de garantias no inquérito policial.....	228
3.3.7. Incomunicabilidade do indiciado preso.....	230
3.3.8. O indiciamento.....	232
3.3.9. Prazos do inquérito policial.....	233
3.3.10. Relatório.....	235
3.3.11. Termo circunstanciado.....	237
3.3.12. Arquivamento do inquérito policial	239
3.4. Súmulas relacionadas.....	244
3.5. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	245
Questões.....	255
4. A ação no Processo Penal.....	267
4.1. Aspectos iniciais.....	267
4.2. Conceito.....	268
4.3. Características do direito de ação.....	268
4.4. Condições da ação penal.....	269
A. Prática de fato aparentemente criminoso.....	269
B. Legitimidade de parte.....	270
C. Punibilidade concreta	270

D. Justa causa.....	271
4.5. Classificação.....	275
A. Ação penal de iniciativa pública.....	276
B. Ação penal de iniciativa privada.....	281
4.6. A inicial acusatória.....	287
4.7. A ação civil <i>Ex Delicto</i>	298
A. Sentença penal condenatória.....	300
B. Sentença absolutória.....	304
4.8. Súmulas relacionadas.....	306
4.9. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	306
Questões.....	322

5. O Processo Penal Negocial.....333

5.1. Aspectos iniciais.....	333
5.2. As tradições jurídicas do <i>Common Law</i> e do <i>Civil Law</i>	334
5.3. Os sistemas inquisitorial e adversarial.....	337
5.4. A <i>Plea Bargaining</i>	340
5.5. O processo penal negocial brasileiro.....	344
A. O negócio jurídico do JECRIM.....	344
B. Suspensão condicional do processo.....	349
C. A delação premiada.....	351
D. O acordo de não persecução penal.....	356
5.6. A confissão no processo penal negocial.....	362
5.7. O sistema inquisitorial brasileiro e a desigualdade entre as partes.....	366
5.8. Sobre a reserva da jurisdição.....	370
5.9. Outros princípios violados na <i>Plea Bargaining</i> à brasileira.....	373
5.10. A <i>Plea Bargaining</i> desleal.....	375
5.11. Súmulas relacionadas.....	381
5.12. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	381
Questões.....	391

6. Jurisdição e competência.....397

6.1. Aspectos iniciais.....	397
-----------------------------	-----

6.2.	Princípios da jurisdição.....	398
A.	Juiz natural	398
B.	Inércia.....	399
C.	Indelegabilidade	399
D.	Investidura.....	400
E.	Indeclinabilidade	400
F.	Correlação	400
G.	Unidade	401
6.3.	Poderes da jurisdição.....	401
6.4.	Competência.....	402
6.4.1.	Competência em razão da matéria.....	406
A.	Justiça militar.....	406
B.	Justiça eleitoral	410
C.	Justiça do trabalho.....	412
D.	Justiça Federal.....	413
E.	Justiça Estadual	425
6.4.2.	Competência por prerrogativa de função.....	425
6.4.3.	Competência territorial.....	432
6.4.4.	Modificação da competência.....	438
A.	Conexão	439
B.	Continência	441
C.	Reunião e separação dos processos.....	443
D.	Perpetuatio jurisdictionis.....	444
6.5.	Súmulas relacionadas	445
6.6.	Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	448
	Questões.....	462

7.	<i>Incidentes processuais</i>	473
7.1.	Aspectos iniciais.....	473
7.2.	Questões prejudiciais.....	473
7.3.	Exceções	476
A.	Suspeição.....	477
B.	Incompetência de juízo.....	479
C.	Litispêndência.....	481

D. Ilegitimidade de parte	482
E. Coisa julgada.....	483
7.4. Incidentes.....	485
A. Falsidade	485
B. Insanidade.....	486
7.5. Restituição de coisas apreendidas.....	490
7.6. Conflito de competência.....	493
7.7. Súmulas relacionadas.....	495
7.8. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	495
Questões.....	505

8. Teoria da Prova Penal..... 517

8.1. Aspectos iniciais.....	517
8.2. Certeza e verdade na prova penal.....	518
8.3. Sistemas de valoração da provas.....	523
A. Sistema da prova tarifada.....	523
B. Sistema da íntima convicção.....	524
C. Sistema do livre convencimento motivado.....	524
8.4. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.....	527
8.5. Os indícios.....	528
8.6. Objeto da prova.....	531
8.7. Prova emprestada.....	532
8.8. Standards probatórios.....	534
8.9. O ônus da prova.....	538
8.10. O ativismo judicial penal.....	541
8.11. A figura do juiz das garantias.....	543
8.12. Das provas ilícitas.....	548
A. Prova ilícita por derivação.....	550
A.1. Teoria da fonte independente	554
A.2. Teoria da descoberta inevitável	557
A.3. Limitação da mancha purgada	560
A.4. A exceção da boa-fé.....	561
B. Serendipidade.....	563
8.13. Das provas em espécie.....	564

A.	Exame de corpo de delito e cadeia de custódia.....	564
A.1.	Exame de corpo de delito.....	565
A.2.	Cadeia de custódia.....	571
B.	Interrogatório.....	577
B.1.	Conceito.....	577
B.2.	Características.....	581
B.3.	Condução coercitiva para interrogatório.....	582
B.4.	Interrogatório por videoconferência.....	587
C.	Confissão.....	588
D.	Declarações do ofendido.....	592
E.	Prova testemunhal.....	594
F.	Reconhecimento de pessoas e coisas	597
G.	Acareação	601
H.	Busca e apreensão.....	601
I.	Interceptação telefônica	605
J.	Delação premiada.....	610
K.	Ação controlada de policiais.....	616
L.	Agente infiltrado.....	617
8.14.	Súmulas relacionadas.....	619
8.15.	Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	620
	Questões.....	635

9.	<i>Medidas Cautelares Penais</i>	647
9.1.	Aspectos iniciais	647
9.2.	Tempo e processo penal.....	649
9.3.	O direito fundamental a um processo penal sem dilações indevidas	653
9.4.	Efetividade e medida cautelar.....	657
9.5.	Tutelas provisórias.....	660
9.6.	Tutela de urgência e tutela provisória.....	661
9.7.	Tutela definitiva e tutela provisória.....	662
9.8.	Tutela de evidência.....	663
9.9.	Tutela antecipada e sua aplicação no processo penal em favor da liberdade.....	665

9.10. Tutela antecipada e medida cautelar: conceito e distinções.....	668
9.11. Medida liminar e medida cautelar.....	671
9.12. Da fungibilidade entre tutela antecipada e medida cautelar.....	673
9.13. Características das medidas cautelares.....	676
9.14. O poder geral de cautela.....	677
9.15. Classificação das medidas cautelares.....	678
9.16. Cautelares em espécie.....	678
9.16.1. Medidas cautelares de natureza real.....	678
A. Sequestro.....	679
B. Especialização e inscrição da hipoteca legal.....	681
C. Arresto subsidiário de bens móveis.....	682
9.16.2. Medidas cautelares relativas à prova.....	683
9.16.3. Medidas cautelares de natureza pessoal.....	683
9.17. Súmulas relacionadas.....	683
9.18. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	683
Questões.....	697

10. Medidas cautelares pessoais: prisão e liberdade..... 707

10.1. Aspectos iniciais.....	707
10.2. O assento constitucional do tema.....	708
10.3. Conceito e classificação.....	708
10.4. Prisão especial.....	709
10.5. Prisão em flagrante.....	712
10.6. Prisão temporária.....	721
10.7. Prisão preventiva.....	728
A. O <i>Fumus Comissi Delicti</i>	736
A.1. Prova da existência do crime.....	737
A.2. Indícios suficientes de autoria.....	737
B. O <i>Periculum Libertatis</i>	738
B.1. Garantia da ordem pública.....	738
B.2. Garantia da ordem econômica.....	740
B.3. Conveniência da instrução criminal.....	742
B.4. Assegurar a aplicação da lei penal.....	743
10.8. A presunção de inocência e a prisão em 2ª instância.....	752

10.9. A prisão domiciliar.....	757
10.10. Em resumo: as principais alterações da nova lei de prisões (lei 12.403/11)	759
10.11. A liberdade	766
A. Relaxamento da prisão.....	766
B. Revogação de prisão preventiva.....	767
C. Revogação de prisão temporária	767
D. Liberdade provisória.....	767
D.1. Plena.....	768
D.2. Com aplicação de outras medidas cautelares	768
10.12. Súmulas relacionadas.....	777
10.13. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	778
Questões.....	790

11. Procedimentos criminais.....	801
11.1. Aspectos iniciais.....	801
11.2. Procedimento ordinário.....	801
11.3. Procedimento sumário.....	811
11.4. Procedimento sumaríssimo.....	812
A. Princípios do JECRIM.....	814
B. O rito do JECRIM	816
B.1. O termo circunstanciado.....	816
B.2. A audiência preliminar	817
B.3. O oferecimento da peça acusatória.....	821
B.4. Suspensão condicional do processo.....	821
B.5. A defesa preliminar.....	823
B.6. Instrução e sentença	824
B.7. Recursos e ações autônomas no JECRIM.....	824
11.5. Procedimentos especiais.....	826
A. Procedimento da lei de tóxicos.....	826
B. Procedimentos dos crimes praticados por funcionários públicos	830
C. Procedimento dos crimes contra a honra.....	833

D. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	838
E. Procedimento dos crimes falimentares.....	840
11.6. Súmulas e enunciados.....	841
11.7. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	848
Questões.....	858

12. O Tribunal Popular do Júri..... 871

12.1. Aspectos iniciais.....	871
12.2. A história do Tribunal do Júri.....	874
12.3. Princípios do júri.....	875
A. Plenitude de defesa.....	876
B. Sigilo das votações.....	877
C. Soberania dos veredictos.....	878
D. Competência para os crimes dolosos contra a vida.....	879
12.4. Características do júri.....	879
12.5. O procedimento bifásico do júri.....	880
12.6. O <i>Iudicium Accusationis</i>	880
A. Pronúncia.....	885
B. Impronúncia.....	890
C. Absolvição sumária.....	892
D. Desclassificação.....	895
12.7. Desaforamento.....	896
12.8. <i>Iudicium Causae</i>	901
A. Preparação para o júri.....	901
B. A organização do júri.....	901
C. Os jurados.....	902
D. A sessão de julgamento.....	905
12.9. Súmulas relacionadas.....	923
12.10. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	924
Questões.....	937

13. Sentença e caso julgado penal..... 951

13.1. Aspectos iniciais.....	951
------------------------------	-----

13.2. Atos do julgador.....	954
13.3. A sentença penal	956
A. Conceito.....	956
B. Estrutura.....	957
B.1. A identificação das partes.....	957
B.2. A exposição sucinta dos argumentos da acusação e da defesa.....	958
B.3. A fundamentação, ou seja, as razões de decidir.....	958
B.4. A indicação dos artigos previstos na legislação penal	963
B.5. O dispositivo	963
B.6. Assinatura	963
C. Sentença absolutória.....	964
D. Sentença condenatória.....	965
D.1. Dosimetria da pena.....	966
D.2. Efeitos da sentença penal condenatória.....	973
13.4. Princípio da correlação.....	980
13.5. <i>Emendatio Libelli</i>	982
13.6. <i>Mutatio Libelli</i>	984
13.7. O fim da <i>Emendatio Libelli</i>	985
13.8. O caso julgado penal.....	988
13.9. Caso julgado penal formal e material	994
13.10. Limites objetivos e subjetivos do caso julgado penal.....	997
13.11. Súmulas relacionadas	1001
13.12. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	1001
Questões.....	1016

14. A teoria do precedente judicial e sua aplicação ao processo penal.....	1027
14.1. Introdução.....	1027
14.2. A tradição jurídica do <i>Common Law</i>	1028
14.3. Noção de precedente judicial.....	1034
14.4. O precedente judicial na dimensão da igualdade	1040
14.5. O precedente judicial na dimensão da segurança jurídica.....	1045

14.6. A importância da fundamentação das decisões judiciais no sistema de precedentes	1049
14.7. O <i>Stare Decisis</i>	1053
14.8. O conceito de <i>Ratio Decidendi</i>	1058
14.9. O conceito de <i>Obiter Dictum</i>	1062
14.10. Técnicas utilizadas na aplicação e superação dos precedentes.....	1066
14.11. Aplicação e superação do precedente	1068
14.12. <i>Distinguishing</i>	1075
14.13. <i>Signaling</i>	1081
14.14. <i>Transformation</i>	1084
14.15. <i>Overruling</i>	1087
14.16. Um triste caso de <i>Overruling</i> no processo penal brasileiro: a limitação do uso do <i>Habeas Corpus</i> pelo STF	1094
14.17. <i>Overriding</i>	1098
14.18. Efeito temporal da revogação dos precedentes.....	1102
14.19. Considerações finais.....	1107
14.20. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	1108
Questões.....	1115

15. Recursos.....1121

15.1. Aspectos iniciais.....	1121
15.2. Conceito e características.....	1122
15.3. Princípios	1125
A. Duplo grau de jurisdição.....	1125
B. Unirrecorribilidade das decisões.....	1130
C. Fungibilidade	1131
D. <i>Non Reformatio In Pejus</i>	1133
15.4. Pressupostos recursais.....	1136
A. Pressupostos objetivos	1137
A.1. Cabimento	1137
A.2. Adequação.....	1137
A.3. Tempestividade.....	1137
A.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos.....	1138
A.5. Regularidade formal.....	1141

B.	Pressupostos subjetivos.....	1141
B.1.	Legitimidade recursal.....	1141
B.2.	Interesse recursal.....	1143
15.5.	Efeitos.....	1143
15.6.	Recursos criminais em espécie.....	1144
15.6.1.	Recurso em sentido estrito.....	1144
A.	Introdução.....	1144
B.	Cabimento.....	1147
B.1.	Decisão que não receber a denúncia ou a queixa.....	1147
B.2.	Decisão que concluir pela incompetência do juízo.....	1149
B.3.	Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição.....	1150
B.4.	Decisão que pronunciar o réu.....	1150
B.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	1150
B.5.1.	Conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança.....	1151
B.5.2.	Decisão que indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	1151
B.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.....	1152
B.7.	Decisão que deferir ou indeferir pedido de extinção de punibilidade.....	1153
B.8.	Decisão que conceder ou negar ordem de habeas corpus.....	1153
B.9.	Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena.....	1153
B.10.	Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1153

B.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.....	1154
B.12. Decisão que incluir ou excluir jurado na lista geral.....	1154
B.13. Decisão que denegar a apelação ou julgar deserta.....	1154
B.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1155
B.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas.....	1156
B.16. Decisão que julgar o incidente de falsidade.....	1156
B.17. Decisões da execução penal.....	1156
B.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples.....	1156
B.19. Decisão que recusar homologação de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do CPP.....	1156
C. Aspectos procedimentais e efeitos.....	1157
15.6.2. Apelação.....	1158
A. Conceito.....	1158
B. Hipóteses de cabimento.....	1159
B.1. Da sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.....	1159
B.2. Das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito.....	1159
B.3. Das decisões do Tribunal do Júri, quando.....	1161
B.3.1. Ocorrer nulidade posterior à pronúncia.....	1161
B.3.2. For a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	1161
B.3.3. Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança.....	1162
B.3.4. Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	1162

C. Aspectos procedimentais.....	1165
D. Dos efeitos.....	1166
15.6.3. Embargos infrigentes e de nulidade.....	1168
15.6.4. Embargos de declaração.....	1171
15.6.5. Agravo em execução.....	1175
15.6.6. Carta testemunhável.....	1178
15.6.7. Correição parcial.....	1182
15.6.8. Recurso especial e recurso extraordinário.....	1185
15.6.9. Agravo em recurso especial e extraordinário.....	1196
15.6.10. Agravo interno ou regimental.....	1200
15.7. Súmulas relacionadas.....	1203
15.8. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	1206
Questões.....	1216

16. Nulidades.....1229

16.1. Aspectos iniciais.....	1229
16.2. Da necessária interpretação normativa.....	1230
16.3. Breves considerações sobre a norma jurídica.....	1234
16.4. O devido processo legal como um direito fundamental irradiante.....	1236
16.5. A nulidade como consequência da violação da norma constitucional do devido processo penal.....	1240
16.6. A teoria bipartida da tipicidade processual penal conglobante.....	1242
16.7. A classificação doutrinária das nulidades – uma visão crítica.....	1243
16.8. Repensando os princípios das nulidades no processo penal.....	1248
A. <i>Pas De Nullité Sans Grief</i>	1248
B. Convalidação.....	1250
C. Interesse.....	1251
D. Instrumentalidade das formas.....	1253
16.9. A banalização do conceito de nulidade relativa na jurisprudência e as violações constitucionais.....	1255
16.10. Das nulidades em espécie.....	1261
I. Por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1261

II. Por ilegitimidade de parte.....	1264
III. Por falta das fórmulas ou dos termos seguintes.....	1265
IV. Por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1286
V. Em decorrência de decisão carente de fundamentação	1287
16.11. Súmulas relacionadas.....	1289
16.12. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	1290
Questões.....	1301

17. Das ações autônomas de impugnação

no processo penal.....	1313
17.1. Aspectos iniciais.....	1313
17.2. Do <i>Habeas Corpus</i>	1313
17.2.1. Histórico.....	1313
17.2.2. Conceito e natureza.....	1319
17.2.3. Classificação e legitimidade.....	1320
17.2.4. Hipóteses de cabimento.....	
17.2.5. Competência.....	1325
17.2.6. Procedimento.....	1326
17.2.7. Dos recursos em <i>Habeas Corpus</i>	1328
17.3. Mandado de segurança em matéria criminal.....	1331
17.3.1. Conceito.....	1331
17.3.2. Legitimidade, procedimento e competência	1336
17.4. Revisão criminal.....	1338
17.4.1. Histórico da revisão criminal.....	1338
17.4.2. Conceito.....	1340
17.4.3. Natureza jurídica.....	1341
17.4.4. Hipóteses de cabimento.....	1343
17.4.5. Uma nova leitura do art. 621, I, do CPP.....	1345
17.4.6. O overruling como fundamento para a revisão criminal.....	1351
17.4.7. Alguns casos de overruling no Brasil.....	1352
17.4.8. Revisão criminal em sentença absolutória.....	1358
17.4.9. Revisão criminal pro societate.....	1360

17.4.10. Reformatio In Pejus Direta e Indireta.....	1362
17.4.11. Revisão criminal nas decisões do júri.....	1365
17.4.12. Revisão criminal na lei nº 9.099/95.....	1366
17.4.13. Competência e procedimento.....	1368
17.4.14. Oportunidade e legitimidade.....	1369
17.4.15. O ônus da prova	1370
17.4.16. Indenização por erro judiciário.....	1376
17.4.17. Tutela antecipada em sede de revisão criminal.....	1377
A. Tutela de urgência e de evidência.....	1382
A.1. A tutela de urgência.....	1383
A.2. A tutela de evidência.....	1385
B. Tutela antecipada em revisão criminal.....	1387
C. Antecipação de tutela e os demais efeitos da condenação.....	1390
D. Análise jurisprudencial.....	1394
17.5. Súmulas relacionadas	1399
17.6. Jurisprudência recente dos Tribunais Superiores.....	1399
Questões.....	1411

Conclusão.....	1423
-----------------------	-------------

Referências.....	1453
-------------------------	-------------

INTRODUÇÃO · INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL · AS VIOLAÇÕES DA JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA AOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS · SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR · A AÇÃO NO PROCESSO PENAL · O PROCESSO PENAL NEGOCIAL · JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA · INCIDENTES PROCESSUAIS · TEORIA DA PROVA PENAL · MEDIDAS CAUTELARES PENAIS · MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS: PRISÃO E LIBERDADE · PROCEDIMENTOS CRIMINAIS · O TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI · SENTENÇA E CASO JULGADO PENAL · A TEORIA DO PRECEDENTE JUDICIAL E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO PENAL · RECURSOS · NULIDADES · DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL · CONCLUSÃO.

CONTEÚDO

